

CONCEPÇÕES DE PROFESSORES COLABORADORES DE BIOLOGIA SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS, BA

CONCEPTIONS BIOLOGY TEACHERS OF EMPLOYEES SUPERVISED IN SCHOOLS OF CRUZ DAS ALMAS CITY, BAHIA

Carine Barroso Brasil¹ [carine.bbrasil@hotmail.com]

Girlene Santos de Souza² [girlene@ufrb.edu.br]

¹ *Bióloga formada pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*

² *Professora Associada 2 do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*

RESUMO O Estágio Supervisionado é, sem dúvidas um período muito importante na formação de professores. Este é realizado na escola de educação básica e é supervisionado pelo professor da unidade escolar, o professor-colaborador. Por esse motivo, o trabalho teve por objetivo analisar as concepções dos professores-colaboradores de Biologia sobre o estágio supervisionado em Escolas Estaduais do Município de Cruz das Almas. Com base na análise dos dados, constatou-se que os professores entendem o estágio como etapa importante da formação do professor, porém eles desconhecem o seu papel nesse processo. Além disso, os professores-colaboradores não recebem nenhuma formação para acolher os estagiários. Diante disso, faz-se necessário estratégias que permitam a capacitação dos professores-colaboradores para que estes possam de fato contribuir na formação de novos professores.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Biologia. Estágio Supervisionado. Professor Colaborador.

ABSTRACT The supervised training is undoubtedly a very important period in teacher education. It is performed in basic education school and is supervised by the teacher of the school unit, the teacher - employee. For this reason, the study aimed to analyze the conceptions of biology teachers on staff - supervised training in state schools of the Municipality of Cruz das Almas. Based on data analysis, it was found that teachers understand the stage as an important step of teacher, but they do not know their role. In addition, teacher, employees do not receive any training to receive trainees. Therefore, it is necessary strategies to employee training teachers so that they can indeed contribute to the training of new teachers.

KEY WORDS: Biology education. Supervised training. Conductor teacher,

1 INTRODUÇÃO

O Estágio Supervisionado é, sem dúvidas, extremamente necessário no processo de formação do licenciando. O estágio ultrapassa o papel de

instrumentalizador, ele possibilita ao futuro professor, vivenciar a materialização das temáticas estudadas e discutidas durante a graduação, é o momento de testar, comprovar teorias e reformular conceitos. De acordo com Pimenta e Lima (2004) o estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia-a-dia.

O estágio supervisionado curricular é obrigatório nos cursos de formação para o exercício da profissão, caracterizando-se enquanto uma atividade articulada com a prática e que deve atender aos seguintes objetivos:

[...] Oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é, diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigível dos formandos, especialmente quanto à regência (BRASIL 2002, p.10).

No entanto, apesar de saber a importância do estágio na e para a formação docente, este ainda é tratado pelas ementas dos cursos de formação de professores e por muitos docentes das Instituições de Ensino Superior como um complemento das disciplinas. A Resolução CNE/CP2, de 19 de fevereiro de 2002, dispõe em seu artigo primeiro sobre a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, estabelecendo:

Art. 1º.

A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II – 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III – 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV – 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais;

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga

horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200(duzentas) horas (BRASIL, 2002).

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), o estágio curricular supervisionado, definido por lei, deve ser realizado em escola de educação básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio (BRASIL 2002).

A mais recente das normas para o estágio supervisionado foi a Lei nº 11.788 de 2008, desvinculada da política de formação de professores, inaugurando um novo procedimento nas políticas públicas de formação profissional (BRASIL, 2008). A nova lei normatizou os estágios, de um modo geral colocando diretrizes para as partes cedente (universidade) e concedente (escola), na forma de um contrato institucional. O professor da universidade vinculado ao estágio supervisionado recebeu a denominação de orientador, enquanto que a pessoa designada para acompanhar o estagiário recebeu o nome de supervisor ou colaborador.

Apesar de todo o amparo legal sobre a instituição que recebe os estagiários, muitas vezes, ao chegar à escola os estagiários são mal vistos e pouco orientados nas práticas escolares. Isso se deve ao fato de que os professores regentes de classe não se veem como corresponsáveis e professores formadores, (AMARAL et al. 2012). Além disso, muitos professores se mostram hostis à presença do estagiário (pois muitas vezes não conhecem seu papel nesse processo), impedindo que haja uma orientação pautada na troca de saberes disciplinares, experienciais, curriculares e acima de tudo de formação, o que possibilitaria de maneira mais significativa o ato de aprender a ensinar.

Krasilchik (2008) afirma que a importância do estágio é indiscutível, porém há algumas dificuldades para a sua realização como a relação entre a universidade e a escola, que pode não ser tão amistosa se as ações pedagógicas não forem cuidadosamente planejadas, pois o estágio é um importante instrumento de integração entre essas duas instituições e a comunidade. Concorda-se com Lisovski e Terrazan (2006) quando afirmam que:

No processo de formação inicial de professores, existem atribuições inerentes a cada uma destas instituições de ensino. A escola é o espaço onde os acadêmicos poderão vivenciar situações “reais” de trabalho em seu estágio curricular. Pois, é

no exercício da profissão que se consolida o processo de tornar-se professor, ou seja, o aprendizado da profissão a partir de seu exercício possibilita configurar como vai sendo construído o processo de aprender a ensinar. Tal construção ocorre à medida que o professor vai efetivando a articulação entre os conhecimentos teórico-acadêmicos e o contexto escolar com a prática docente (LISOVSKI E TERRAZAN, 2006, p.2)

Portanto, para que o estágio supervisionado seja um momento de reflexão e aprendizado da prática docente, faz-se necessário que os sujeitos envolvidos nesse processo professores-orientadores, estagiários e professores-colaboradores tenham condições de desempenhar seus papéis de forma adequada.

Existem avanços na legislação no que diz respeito às obrigações relativas à instituição formadora (Universidades), instituição do estágio (Escolas), ao próprio estudante, criando um melhor delineamento do amparo legal, mas deixa em aberto a preocupação com a formação daquele que recebe o estagiário na parte concedente (o professor-colaborador da escola). Além de não expor a necessidade que se tem das instituições oferecerem modalidades de aperfeiçoamento para estes profissionais considerados parceiros no processo de estágio (BRASIL 2001)

De acordo com Benites et al. (2012) o professor colaborador, é o professor da escola de educação básica que recebe estagiários em condição oficial de estágio curricular supervisionado e que fornecem aos futuros professores elementos de sua experiência, possibilitando que os mesmos descubram alguns macetes da profissão, além de oferecer condições e espaço para os licenciandos colocarem em prática seus conhecimentos didático-pedagógicos.

Muitos professores não recebem nenhum tipo de capacitação para receber estagiários em sala de aula, impedindo que estes colaborem efetivamente na formação desses futuros professores. Essa deficiência ocorre nas diferentes áreas de conhecimento.

Por esse motivo, faz-se necessário a realização de pesquisas voltadas para o professor-colaborador, sujeitos esses tão importantes na realização dos estágios supervisionados e conseqüentemente na formação de outros professores. É nessa perspectiva que essa pesquisa pretende analisar as concepções dos professores-colaboradores de Biologia sobre o estágio supervisionado em Escolas Estaduais do Município de Cruz das Almas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em três escolas da Rede Estadual de Ensino localizada na Cidade de Cruz das Almas. Essas escolas foram escolhidas, pois são as que mais acolhem estagiários do curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os professores de Biologia das escolas selecionadas. Como critério de seleção dos envolvidos, participaram da pesquisa todos os professores que normalmente recebem estagiários do curso de Licenciatura em Biologia da UFRB.

Mediante a autorização da direção da escola e a concordância dos professores em participarem da pesquisa, a coleta de dados foi feita através da aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas. Os professores foram questionados no que se refere a: a) formação inicial e continuada, b) preparo para receber estagiários, c) formação prévia para receber os estagiários, d) Documentos oficiais sobre seu papel no ES, e) conceito de ES e seu papel nesse processo, f) participação nas atividades realizadas pelos estagiários, g) pontos positivos e negativos no ES, h) contribuição do estágio em sua formação. Os questionários foram aplicados a dez professores de Biologia do Ensino Médio no período de abril a julho de 2014.

Como procedimento de diagnóstico dos dados coletados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo descrita por Bardin (2004), que consiste em:

[...] Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2004, p. 44).

Neste contexto, a análise de conteúdo é dividida em três partes: 1) pré análise; 2) exploração do material e 3. tratamento dos resultados, inferência e a interpretação. Com a análise de conteúdo, é possível uma organização dos dados em categorias, que podem ser consideradas como gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia de acordo com o parecer 763.733/2014 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para preservar o anonimato das escolas participantes, atribuiu-se apenas as iniciais de cada escola. As escolas que tiveram seus docentes pesquisados foram: CEDLP, com dois professores participantes, o CELAA, com um professor participante e o CTEPRAT, com sete professores participantes. Para manter o anonimato dos sujeitos da pesquisa foram atribuídas siglas para cada um dos Professores Colaboradores (PC1, PC2, PC3... PC10).

A tabela abaixo demonstra a formação inicial e continuada dos professores participantes da pesquisa.

Tabela 1 - Formação Inicial e Continuada dos Professores Colaboradores

Professor Colaborador	Formação Inicial (Magistério e/ou Graduação)	Formação Continuada (Pós-graduação)
PC1	Bacharelado em Ciências Biológicas	Mestrado - Recursos Genéticos Vegetais
PC2	Licenciatura em Ciências Biológicas	_____
PC3	Licenciatura em Biologia	Mestrado – Ciências Agrárias ; Especialização – Saúde Pública
PC4	_____	Mestrado – Microbiologia Agrícola
PC5	_____	Especialização – Educação
PC6	Licenciatura em Ciências Biológicas	Especialização – Gestão e Educação Ambiental
PC7	Ensino médio	Mídias e Tecnologias na Educação
PC8	_____	Especialização – Tecnologias em Educação
PC9	Licenciatura em Ciências Biológicas	Especialização – Metodologia do Ensino Superior; Educação Profissional
PC10	Licenciatura em Biologia	Especialização – Gestão

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

De acordo com o censo escolar realizado pelo MEC, no Brasil dos 1.882.961 de professores que estão em sala de aula apenas 1.288.688 dos docentes possui nível superior completo, o que corresponde a 68,4% do total. Daqueles com graduação, 1.160.811 (90%) possuem licenciatura – formação adequada para atuar na educação básica, segundo a legislação educacional vigente (BRASIL, 2007). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 em seu art. 62º informa que o docente para atuar na educação básica precisa ter formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Além disso, cabe a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

O critério de formação mínima exigida pela legislação (graduação) para atuar como docente da educação básica é cumprida por 50% dos participantes da pesquisa (cinco professores), um professor é bacharel em Biologia, o que corresponde a 10% do total, um professor possui apenas o nível médio, o que corresponde a 10% do total e os outros três não informaram sua formação inicial, os 30% restante.

O professor- colaborador dos estágios é aquele que dá aulas em escolas da rede básica e que recebe os licenciandos em formação (estagiários) oriundos das universidades, neste caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Mas, além disso, segundo Benites et al. (2012) “este professor é um profissional que agrega saberes, competências e experiências relacionadas a um universo profissional e pessoal. É um profissional que passou pela profissionalização e além da formação inicial carrega as experiências do exercício docente” (p.18). Além dos desafios vividos em sala, o PC ainda aceita a difícil tarefa de acompanhar os estagiários. Dentro dessa perspectiva, os PC's foram questionados se os mesmos se julgam preparados para receber os estagiários e as respostas foram:

PC1: “Já supervisionei e avaliei estagiários”

PC2: "Sim!"

PC3: "Não temos orientação, não somos previamente preparados"

PC4: "Após 14 anos de magistério acredito ter adquirido experiência para tal",

PC5: "Sim!"

PC6: "Acredito que pelo tempo de trabalho e experiência no meu ambiente de atuação, sim"

PC7: "Sim! Embora sob as novas perspectiva do que demanda o ensino atual, não!"

PC8: "Sim. Ao longo da minha carreira profissional já tive estagiários em diferentes etapas do processo. Acompanho para enfrentar futuramente os desafios da educação e para desenvolver suas habilidades"

PC9: "Profissional nenhum esta preparado. Encontra-se sempre em formação"

PC10: "Sim."

Diante das colocações dos PC, fica clara que eles não recebem formação para receber os estagiários, mas alguns se sentem preparados devido ao tempo de profissão. De acordo com Benites et al. (2012) o PC ocupa um lugar fundamental na realização do estágio. Porém é alguém que foi formado para ensinar alunos e não apresenta características para ser um formador de professor, notando-se uma lacuna neste processo. Muitas vezes esses docentes colaboram na formação dos licenciandos expondo suas experiências e os desafios encontrados na profissão, mas não mediam a reflexão desses futuros professores sobre os espaços escolares no qual estão inseridos. Sobre isso, Nóvoa (2002) afirma que:

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas (NÓVOA 2002, p. 27)

No que diz respeito à formação recebida ou não pelos PC para receber os estagiários, todos os docentes informaram que nunca receberam capacitação prévia para desenvolver tal tarefa. Benites et al. (2012) comenta que os professores colaboradores geralmente não recebem uma formação específica para receber e orientar os estagiários o que pode ocasionar uma lacuna, pois estes muitas vezes se pautam nas suas experiências de quando eram estagiários ou se mantêm à

distância no acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estagiários. Além disso, a maioria dos docentes pesquisados salienta a necessidade da parceria entre os professores orientadores da universidade com os PC das escolas. Pode-se comprovar isso nas falas dos PC5, PC6 e o PC9. O PC5 acredita que:

“Seria necessária a participação efetiva do professor orientador no processo de construção e avaliação da prática dos estagiários na sala de aula e na unidade escolar”.

O PC6 complementa a fala do PC5 quando diz que:

“Há necessidade de um contato de forma mais efetiva entre os professores da escola e o professor da universidade responsável pelo estágio”.

Já o PC9 diz que necessita haver um diálogo entre a escola e a coordenação do curso, ela relata que:

“Sinto falta da parceira do coordenador do curso com a escola e com o professor”.

De acordo com Gatti e Barreto (2009 apud Benites et al., 2012) os estágios obrigatórios para a formação do professor, mostram-se frágeis e pouco orientados, uma vez que se apoiam em propostas curriculares de um modo vago, sem planejamento, sem vínculo com os sistemas escolares e sem explicitar formas de supervisão, direcionando para a necessidade de um olhar especial e atencioso.

Benites et al. (2012) em seu trabalho, revela que em outros países como Portugal, existe uma política de formação de professores, na qual, o professor da escola é visto como uma peça importante no processo e a universidade tendo noção dessa importância, oferece cursos de formação continuada para esses profissionais. Um extrato do documento abaixo corrobora com essa afirmação:

A iniciação à prática profissional e as actividades de investigação educacional exigem que as instituições do ensino superior estabeleçam protocolos de colaboração sustentada com as escolas; no quadro desses protocolos, cabe ainda às primeiras participar activamente no desenvolvimento da qualidade do ensino nas segundas, respondendo, nomeadamente, às necessidades das escolas e dos professores no que diz respeito à formação contínua e especializada. Estão definidas as condições materiais e humanas que permitam a realização, com qualidade, destas actividades, e cuja observância é indispensável para que as instituições de ensino sejam autorizadas a organizar cursos de formação de professores (PORTUGAL, 2007, p.12).

Com relação ao conhecimento ou desconhecimento de documentos oficiais que falassem do papel a ser exercido pelo professor colaborador durante o estágio supervisionado. Dos dez PC participantes, apenas um, o PC10, informou que já ouviu falar de algum documento que informasse sua função como PC mas que ele nunca leu, *“já ouvi falar, mas até agora não li”*. Os demais docentes disseram que desconhecem tais documentos.

Para Benites et al. (2012) existe um vazio no que diz respeito à figura do PC, com relação a sua formação para se tornar um formador de professores, para prepará-lo para o momento do estágio, bem como a ausência de suportes dado a este professor. O PC está situado numa ‘zona cinzenta’, sem muita valorização, uma vez que em termos legais o único documento que aponta uma possível formação para o PC é o Parecer CNE/CP 21 (2002), que forneceria através da parte cedente (universidade) cursos de formação continuada para esses docentes, mas não uma formação específica para essa tarefa.

No que se refere às concepções de estágio e o papel do PC nesse processo, as respostas foram divididas em três categorias, demonstradas abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 - Conceito de Estágio Supervisionado no olhar dos Professores-Colaboradores

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS UNIDADES CONTEXTO (UC)	OU DE	RESPOSTAS CITADAS
CONCEITO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	Contato com o campo de atuação		<i>“Estágio preparatório de extrema importância para os futuros professores”</i>
			<i>- “Entendo como um processo fundamental para formação do licenciado, com experiência vivencial em sala de aula”</i>
			<i>- “Estágio é a oportunidade que o aluno tem se desenvolver na prática e vivenciar o ambiente o qual deverá atuar profissionalmente”</i>
	Momento de conciliar		<i>- “É o primeiro contato que o aluno-professor tem com o seu futuro campo de atuação”</i>
			<i>- “O estágio é um momento singular, onde é praticado o</i>

	Teoria e Prática	<i>que é teorizado na universidade”</i>
		<i>- É um período para aplicar os conhecimentos teóricos na prática”</i>
	Criação da Identidade Profissional	<i>- “Estágio é uma parte da formação profissional de extrema importância e direcionamento para a profissão”</i>
		<i>- “O estágio acompanha o estudante na sua prática pedagógica”</i>

O Estágio Supervisionado é definido por Lima (2008) como um movimento de aproximação de instituições, a universidade e o espaço escolar, cada um com uma diversidade de valores e objetivos, mas com um trabalho comum, que é a formação do professor. Alguns professores ressaltaram que o estágio é o momento de praticar o que foi aprendido na universidade. No entanto, Pimenta (2012) ressalta que a finalidade do estágio supervisionado é proporcionar que o aluno tenha uma aproximação à realidade a qual irá atuar. Portanto, não deve ser colocado como o pólo prático do curso, mas como uma aproximação à prática, na medida em que será conseqüente à teoria estudada no curso, que, por sua vez, deverá se constituir numa reflexão sobre e a partir da realidade da escola pública.

Os professores demonstram conhecimento sobre o que é o estágio, mas talvez a falta de participação destes nesse momento, seja o próprio desmerecimento desses profissionais pelas universidades e pela própria legislação de estágio. Cabe as IES motivar esses profissionais, para que estes possam colaborar de fato na formação dos futuros professores.

Além do conceito de estágio, os professores foram questionados quanto ao seu papel dentro dele e muitos apenas conceituaram e não informaram a função nesse processo formativo. De acordo com França (2013), esta é uma tarefa que parece não ser muito evidente para os professores que recebem os alunos estagiários, ou seja, muitas vezes eles desconhecem seu papel formativo frente aos futuros professores que adentram suas salas de aula. Esta é uma situação repleta de ambiguidades e contradições que acentuam, cada vez mais, os problemas

enfrentados pelos professores e pelos futuros professores no processo de aprendizagem do fazer docente.

Os professores foram perguntados sobre quais aspectos julgaram positivos e negativos dentro do estágio. As respostas foram elencadas nos quadros a seguir (Quadro 2 e 3)

Quadro 2 - Aspectos positivos citados pelos Professores- Colaboradores durante a realização dos estágios supervisionados

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS OU UNIDADE DE CONTEXTO (UC)	RESPOSTAS CITADAS
ASPECTOS POSITIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO (ES)	Troca de experiências entre o PC e o estagiário	<i>PC2 – “Possibilidade de troca de experiências”</i>
		<i>PC3 – “auxilia, acrescenta e compartilha o trabalho”</i>
		<i>PC4 - “experiências trocadas entre professor e estudante”</i>
		<i>PC6 – “interagir, trocar idéias, sugerir e aprender também”</i>
		<i>PC7 – “Atualização de conteúdos e práticas pedagógicas”</i>
	<i>PC8 – “troca de experiências, aprimora os conhecimentos, oferece oportunidade do estagiário perceber sua aptidão”</i>	
	Contato com o ambiente profissional	<i>PC9 – “O contato com a realidade da profissão”</i>
<i>PC10 – “Para o estagiário é o momento de vivenciar os problemas que ocorrem nas escolas, que tanto são comentados em sala de aula durante a graduação. Portanto o estagiário pode despertar uma visão crítica desses problemas e buscar soluções”</i>		
Formação do futuro professor	<i>PC5 – “Formação do futuro professor”</i>	

No universo de 10 professores, 60% deles percebem que o estágio é um período de troca de experiências entre o PC e os estagiários, o que é muito bom, pois o estágio deve configurar-se como momento de construção de conhecimento e

troca de saberes. A resposta desses docentes demonstra que os mesmos estão abertos ao diálogo entre a escola e a academia na figura do estagiário. Nesse sentido, Lima (2008) esclarece que quando bem conduzido, o estágio proporciona uma interação profícua entre universidade e escola, por meio da qual todos os sujeitos envolvidos saem enriquecidos em relação à aprendizagem do processo educativo. Além disso, os documentos oficiais também mencionam a importância dessa troca durante o estágio. Conforme o parecer CNE/CP 9/2001, o estágio:

[...] deve permitir o exercício permanente de aprofundar conhecimentos disciplinares e ao mesmo tempo indagar a esses conhecimentos sua relevância e pertinência para compreender, planejar, executar, avaliar situações de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2001, p. 54).

Outro ponto relevante citado por 20% dos PC foi que o estágio supervisionado possibilita o contato com o ambiente profissional do futuro professor. Sobre isso, Borges (2008, p. 157) salienta que:

[...] Os estágios visam, desde o primeiro ano de formação, a inserção gradual e progressiva do estudante no meio escolar, indo da familiarização e assistência à regência de classe propriamente dita e à implicação nas demais responsabilidades assumidas pelo professor regular, titular de classe (o professor associado), que acolhe o estagiário (idem).

Mais um aspecto citado como positivo nos ES foi que este contribui na formação do futuro professor. 10% dos professores o que corresponde a um docente informaram que o estágio é importante na formação. De acordo com Milanesi (2012) o estágio contribui para que os estagiários tenham a oportunidade de aprender elementos da profissão juntamente com profissionais mais experientes no âmbito institucional de trabalho. Além disso, o Parecer CNE/ CP nº 21/2001, o conceitua como: “[...] momento de formação profissional do formando, seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado” (p. 11).

Com relação aos pontos negativos, as respostas dos professores foram encaixadas em três subcategorias ou unidade de contexto (UC). O quadro a seguir explicita tais respostas.

Quadro 3- Aspectos negativos citados pelos Professores-Colaboradores durante a realização dos estágios supervisionados

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS OU UNIDADE DE CONTEXTO (UC)	RESPOSTAS CITADAS
ASPECTOS NEGATIVOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	Falta de compromisso/planejamento do estagiário com as atividades do ES	<i>PC1 – “Muitas vezes os estagiários não estão presentes nas reuniões de planejamento e ao passar o conteúdo tem uma certa dificuldade”</i>
		<i>PC4 – “Alguns alunos chegam despreparados ou sem compromisso”</i>
		<i>PC6 – “Em se tratando de estágio de regência é desconfortável acompanhar um aluno/colega que não se preparou para a aula”</i>
		<i>PC7 – “Contato com alguns estagiários que querem passar por cima do professor com gesto de arrogância e alunos que desaparecem”</i>
		<i>PC8 – “quando o estagiário não cumpre os horários, dificultando o trabalho do professor regente”</i>
	Pouco tempo para realização do ES	<i>PC3 – “Pouco tempo, divisão com as atividades acadêmicas falta de orientação ao professor colaborador”</i>
		<i>PC9 – “O curto espaço de tempo e acontecesse logo no início do curso para que o estudante decida se é aquilo que ele quer”</i>
	Falta de participação das IES	<i>PC2 – “Algumas instituições não entenderam a importância do estágio”</i>
		<i>PC5 – “Ausência do professor orientador”</i>

Observa-se que os docentes entrevistados elencam três aspectos negativos dos estágios supervisionados em suas respectivas instituições (quadro 3). O primeiro aspecto apontado e que foi o mais citado pelos professores, cerca de 50% deles, tratava-se da falta de compromisso dos estudantes com a disciplina de estágio supervisionado. Segundo os professores, alguns estagiários não planejam

suas aulas, não cumprem os horários, o que dificulta a realização das atividades em sala de aula. A “falta de compromisso” citada pelos docentes pode estar atrelada ao desconhecimento que o estagiário tem do seu real papel dentro da escola e a qual a importância desse momento para a sua formação. A universidade tem um papel fundamental nesse processo, é ela que deve mostrar aos discentes o valor do estágio nos cursos de formação de professores e norteá-los da melhor maneira possível, para que esse momento possa, de fato, permitir o crescimento pessoal e profissional dos estudantes. Essa falta de conhecimento implica na falta de reflexão do estagiário sobre a sua prática e do seu papel como futuro professor. Segundo Moraes et al. (2008) o grande desafio do estágio na formação é ser o articulador entre a capacitação teórico-científica e a atuação político-pedagógica dos futuros profissionais. Porém a qualidade dessa formação, não deve ser limitada às disciplinas de estágio soltas no currículo, à reflexão precisa acontecer em todos os momentos da graduação.

Outra dificuldade apontada pelos PC é o pouco tempo de realização dos estágios. Nos cursos de licenciatura, os estágios começam a ser realizados a partir da segunda metade do curso, fato esse reprovado pelos docentes, pois estes acreditam que o mesmo deva acontecer desde o início do curso. Será que se os estágios comessem desde o início do curso, este se configuraria de forma diferente? Será que os discentes teriam condições pedagógicas e metodológicas de assumir uma sala de aula assim que entrasse na universidade? Talvez o tempo não seja curto mas sim mal utilizado pelos envolvidos.

Entende-se que o estágio é um período relativamente curto para a aprendizagem da profissão, mas não se pode negar que esse é um período importante para se vivenciar os saberes práticos da profissão, mas essa vivência na formação inicial ainda é considerada insuficiente e não isenta de elementos teóricos. Apesar desse entrave do tempo, isso não é tão prejudicial, pois segundo Tardif (2000) a aprendizagem da profissão se dará de maneira processual, no âmbito de uma carreira.

Outro ponto salientado pelos docentes trata-se da falta de participação mais ativa da universidade nas escolas. Os PC'S reclamam que os professores-orientadores são ausentes e que não participam das atividades que os estagiários realizam no ambiente escolar. Muitos são os problemas que giram em torno da

realização do estágio, desde o fazer pedagógico das disciplinas de estágio, até o número insuficiente de docentes na supervisão e acompanhamento dos discentes no campo de estágio. Essa ausência, transformada em impessoalidade, gera uma série de dificuldades (Moraes, 2008).

De acordo com Silva (2009), já se tornou tradicional no país que a orientação de estágio seja encarada pelas IES como um procedimento meramente burocrático, cuja ação do professor-orientador é a cobrança e o controle de entrega de cartas de credenciamento de instituições cedentes de estágio, fichas de seguros, cômputo de horas e relatórios de estágio. Paradoxalmente, a impessoalidade acaba tornando-se a tônica de um processo idealizado para que o graduando construa sua futura identidade profissional, onde a personalização do acompanhamento da ação e reflexão sobre a realidade vivida deveria vir em primeiro lugar.

No que refere à participação dos PC nas atividades desenvolvidas pelos estagiários, todos os professores informaram que participam das atividades, seja esporadicamente ou ativamente. Os professores PC3, PC4, PC7 e P8 informaram que participam de todas as atividades realizadas pelos estagiários. Os PC1, PC2, PC5, disseram que fazem intervenções quando julgam necessárias, mas normalmente deixam os estagiários livres para ministrar as aulas. E os PC9 e PC10, falaram que acompanham poucas vezes os estagiários.

Apesar de apenas dois PC terem dito que pouco acompanham os estagiários, esse tipo de conduta é muito constante nos estágios supervisionados. Muitos professores utilizam o tempo que deveriam estar acompanhando os estagiários em sala, para realizarem outras tarefas, como assuntos pessoais e planejamentos de outras aulas. Apesar disso, o professor não deve ser condenado, visto que, com sua elevada carga horária de trabalho, ele aproveita esse tempo “livre” para realizar outras tarefas. Apesar de não condenar o professor por tal conduta, vale ressaltar a importância da participação destes nas atividades dos estágios, pois esses momentos devem se configurar como período de troca e aprendizagem entre os professores e os estagiários.

Mesmo com todas as limitações citadas acima, a tarefa de acompanhamento e supervisão dos estagiários, realizada pelos professores da escola campo, é uma etapa imprescindível ao processo de aprender a ensinar dos futuros professores. Para França (2013), ela precisa ser pensada como uma tarefa inerente à docência,

que perpassa todo o processo formativo e que requer o envolvimento do curso como um todo para que as conexões possam ser estabelecidas adequadamente, facilitando as relações entre o conhecimento e a prática profissional.

Com relação a contribuição do estágio na formação do PC, dos dez professores participantes da pesquisa, nove informaram que acreditam que o estágio contribua em sua formação e apenas um, informou que o estágio não contribui. As falas abaixo explicitam tais afirmações:

PC1: “Sim. A experiência na sala de aula, a interação com o aluno, e a troca entre professor colaborador e estagiário auxilia e ajuda na formação

PC2: “Sim. É uma experiência a mais na vida profissional.”

PC3: “Sim, aceitar e colaborar com os estagiários proporciona troca de experiências e aprendizado

PC4: “Sim, pois ao está no papel de observador posso fazer uma análise também da minha prática pedagógica.”

PC5: Não.

PC6: “Sim, claro. A possibilidade de interagir com os novos, trocando experiências nos estimula a continuar trabalhando visando uma melhor qualificação sempre”.

PC7: “Sim! Porque há um renovo de energia, novas propostas de ensino dentro das perspectivas do ENEM”.

PC8: “Sim. Através das trocas de informações e experiências vivenciadas no cotidiano”.

PC9: “Sim. Pois ocorre troca de experiências sempre”.

PC10: “O estágio é uma tarefa difícil, mas de suma importância para a formação profissional do professor. O bom professor se constrói com estudo, comprometimento e reflexão.”

Através dos relatos, pode-se perceber que a maioria dos professores acredita que o estágio contribui na sua formação, seja através da troca de experiências entre o docente e o estagiário, seja pela observação de novas metodologias. Esse entendimento do estágio como espaço de formação é muito importante, pois estimula o diálogo e a cooperação entre estagiários e professores.

No entanto, alguns dados informados pelos professores se contradizem, visto que, eles afirmam que o estágio é importante para a sua formação, que é um espaço de troca de experiências, mas afirmam também que muitas vezes não participam das atividades dos estagiários. Portanto, faz-se necessário desenvolver estratégias que aproximem os professores das atividades dos estudantes, para que esse momento de formação possa efetivamente acontecer.

Por isso, o grande desafio do estágio é, conforme assinalam Lima e Aroeira (2011), constituir-se como espaço de aprendizagem que leva a refazer continuamente a prática e a descobrir novos jeitos de compreender o fazer pedagógico e de conviver com ele, pois “[...] o estágio é um espaço privilegiado de práxis, um lugar de partida e de chegada para a nossa vida profissional” (p. 131).

4 CONCLUSÃO

Com a realização dessa pesquisa, constatou-se que a maioria dos docentes apesar de julgarem o estágio como período importante, desconhecem o seu papel dentro dele. Ao desconhecer seu papel, limitam a contribuição que poderiam exercer na formação do estagiário e na sua própria formação.

Percebeu-se que os professores colaboradores não possuem nenhuma formação prévia para receber os estudantes em condição de estágio supervisionado. As escolas estabelecessem convênios com as universidades, mas não prepara os seus docentes para receber os estagiários. A escola precisa estar ciente de sua tarefa tanto quanto a instituição formadora e precisa, acima de tudo, ver-se como coresponsável neste processo. Ela não é apenas uma agência que acolhe os futuros professores. Ao abrir suas portas, ela cede seu espaço/tempo e é submetida ao olhar ansioso de aprendizes que julgam encontrar naquele espaço respostas para suas indagações e dúvidas suscitadas em seus estudos e reflexões sobre a educação e o ensino (França, 2013).

Constatou-se que os professores sentem a necessidade da aproximação da universidade, na pessoa do professor orientador com a escola, contato esse quase inexistente.

Contudo, apesar de não ter clareza com relação à função que deve exercer no período do estágio supervisionado, verificou-se que este momento se configura como importante para os professores-colaboradores, pois possibilita troca de experiências e de conhecimentos.

Diante dos dados apresentados, sugere-se que a Universidade e as escolas estabeleçam parcerias que ultrapassem os convênios. Parcerias essas que promovam a capacitação do professor-colaborador para receber os estagiários, seja através de um diálogo permanente entre os professores orientadores e os professores-colaboradores, seja através de realização de cursos de formação

destinados aos professores colaboradores que discutam os aspectos legais, a importância e o seu papel dentro dos estágios supervisionados. É preciso criar um mecanismo que garanta a todos os professores dispostos a exercer a tarefa de colaborar com os estágios, o tempo e as condições mínimas para que possam, efetivamente, orientar os futuros professores nesses primeiros contatos com a docência.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL. A. Q. et al. Limites e desafios do Estágio Supervisionado demonstrados em um processo de reflexão num Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. *Revista Electrónica de investigación e educación em ciências*, Cascavel, v. 7, n. 2, p. 13-21, dez 2012.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BENITES. L. C. et al. Qual o papel do professor colaborador no contexto do estágio curricular supervisionado na educação física? *Revista Brasileira Ciência e Movimento*, Rio Claro, v. 20, n. 4, p.13-25, 2012.
- BORGES, C. A formação docente em Educação Física em Quebec: saberes espaços, culturas e agentes. In: XIV ENDIPE (livro 2 - anais): Trajetória e processos de ensinar e aprender: práticas e didáticas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Lei nº 9394*, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Editora Ministério da Educação, 1996
- BRASIL. Parecer CNE/CP n. 28 *Dá nova redação ao parecer CNE/CP n. 21/2001, que estabelece a duração da carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília: Editora do Ministério da Educação, 2001.
- BRASIL. Parecer CNE/CP Nº 09. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília: Editora do Ministério da Educação, 2001.
- BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 1. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Brasília: Editora do Ministério da Educação, 2002.
- BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2. *Institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior*. Brasília: Editora do Ministério da Educação, 2002.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006a.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº. 11.788*. Brasília: Editora do Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília: Inep, 2009.
- FRANÇA, D. S. A Supervisão dos Estágios de Ensino pelos Professores da Educação Básica: Limitações e Desafios. *Revista Olh@res*, Guarulhos, v. 1, n. 1, p. 64-89, 2013..
- KRASILCHIK, M. *Prática de Ensino de Biologia*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio supervisionado na formação de professores. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v.8, n.23, p.195 -205, 2008.
- LIMA, M. S. L.; AROEIRA, K. P. O estágio curricular em colaboração, a reflexão e o registro reflexivo dos estagiários: um diálogo entre a universidade e a escola. In: GOMES, M. O. (Org.). Estágios na formação de professores: possibilidades formativas entre ensino, pesquisa e extensão. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- LISOVSKI, L. A.; TERRAZAN, E. A. As instituições de ensino superior e as escolas de educação básica na formação inicial dos professores de ciências naturais e biologia. In: *VI ANPEDSUL*, Santa Maria: UFSM, 2006.
- MILANESI, I. Estágio supervisionado: concepções e práticas em ambientes escolares. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 46, p.209-227, 2012.
- MORAES, E. V. et al. O estágio supervisionado nos cursos de graduação em Educação Física: Um desafio presente nesta formação. *Dialogia*, São Paulo, v. 7, n. 2, p.199-209, 2008.
- PIMENTA, S. G.; Lima, M. S. L. *Estágio e Docência*. São Paulo: Cortez, 2004.
- PORTUGAL. Ministério da Educação. Política de Formação de Professores em Portugal. Direção-Geral dos Recursos Humanos da Educação, 2007.
- NÓVOA, A. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa, 2002.
- SILVA, A. R. As trajetórias formativas de acadêmicos de educação física do curso de licenciatura da UFSM: contribuições na constituição do ser professor. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria; 2009.
- TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.13, 2000